

Estudos sobre eugenia, culturalismo, educação brasileira e o trabalho empírico de Arthur Ramos

FRANCCHINI, Flávia¹
RODRIGUES, Tatiane Cosentino²

RESUMO

Este artigo reúne dados parciais de uma pesquisa de mestrado e tem por objetivo apresentar um recorte referente às transformações política, científica, social e educacional durante o período pós-guerra, tendo como foco o trabalho de Arthur Ramos e os desdobramentos desta perspectiva na sociedade brasileira. Arthur Ramos desenvolveu como médico psiquiatra um projeto educacional em seis escolas públicas do Rio de Janeiro no período de 1934 a 1939 com alunos selecionados por apresentarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Com este trabalho empírico o médico psiquiatra em consonância com outros intelectuais deste período ajudou a construir as bases de uma política educacional universalista em meio às perspectivas ancoradas numa ciência biológica evolucionista que tinha raça como conceito central e uma perspectiva culturalista que elegeu o processo de miscigenação para a construção e definição da identidade nacional brasileira.

Brasil pós-guerra. Arthur Ramos. Eugenismo. Culturalismo. Identidade Nacional Brasileira.

Studies on eugenics, culturalism, brazilian education and the empirical work of Arthur Ramos

ABSTRACT

This article gathers partial data from a master's research and aims to present an outline referring to the different political, scientific, social and educational transformations during the post-war period, focusing on the work of Arthur Ramos and the developments of this perspective in Brazilian society. Arthur Ramos developed, as a psychiatrist, an educational project in six public schools in Rio de Janeiro in the period from 1934 to 1939 with students selected for having difficulties in the teaching and learning process. With this empirical work, the psychiatrist, in agreement with other intellectuals of this period, helped to build

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. E-mail: flavia.francchini@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9667709407746017>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8305-8851>.

² Doutora em Educação pela UFSCar. Professora Adjunta IV do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. E-mail: tatiane.cosentino@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8361431964064731>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4402-2805>.

the bases of a universalist educational policy amid perspectives anchored in an evolutionary biological science that has race as a central concept and a culturalist perspective that chooses the miscegenation process as a positive factor for the construction and definition of the Brazilian national identity.

Post-war Brazil. Arthur Ramos. Eugenics. Culturalism. Brazilian National Identity.

Estudios sobre Eugenesia, Culturalismo, Educación Brasileña y el Trabajo Empírico de Arthur Ramos

2

RESUMEN

Este artículo reúne datos parciales de una investigación de maestría y tiene como objetivo presentar un recorte referente a las transformaciones políticas, científicas, sociales y educativas durante la posguerra, centrándose en el trabajo de Arthur Ramos y los desarrollos de esta perspectiva en la sociedad brasileña. Arthur Ramos desarrolló, como psiquiatra, un proyecto educativo en seis escuelas públicas de Río de Janeiro de 1934 a 1939 con alumnos seleccionados por tener dificultades en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Con este trabajo empírico, el psiquiatra, en acuerdo con otros intelectuales de este período, ayudó a sentar las bases de una política educativa universalista en medio de perspectivas ancladas en una ciencia biológica evolutiva que tenía la raza como concepto central y una perspectiva culturalista que eligió el proceso de mestizaje para la construcción y definición de la identidad nacional brasileña.

Brasil de posguerra. Arthur Ramos. Eugenesia. Culturalismo. Identidad Nacional Brasileña.

O presente artigo resulta de um recorte de pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos que teve como objetivo apresentar uma cartografia dos estudos da infância no Brasil, particularmente durante a década de 1930, tomando como referencial as principais obras de Arthur Ramos produzidas na década em questão: Educação e Psicanálise (1934), Saúde do Espírito: Higiene Mental (1939), A Criança Problema: A higiene mental na escola primária (1939).

Neste artigo privilegiamos um recorte dedicado às diferentes transformações política, científica, social e educacional durante o período pós-guerra, tendo como foco o trabalho de Arthur Ramos e os desdobramentos desta perspectiva na sociedade brasileira.

O conhecimento denominado como científico teve seu processo de institucionalização ao longo do século XIX, através do desenvolvimento dos estudos das ciências biológicas e, também, das ciências humanas e sociais.

Para os autores Gouvêa e Gerken:

É na tensão entre diferenciação e especialização dos saberes e afirmação de uma perspectiva epistêmica transversal inspirada nas descobertas da Biologia que o movimento do campo científico, naquele período histórico, pode ser apreendido, especialmente na análise do nascimento das Ciências Humanas e Sociais (GOUVÊA e GERKEN, 2010, p.16).

Estudos como o de Herbert Spencer sobre darwinismo social e de Francis Galton sobre inteligência e hereditariedade baseada no discurso de evolução natural de Darwin, marcavam o conhecimento científico brasileiro da época e serviam como explicações aos considerados problemas decorrentes das inúmeras mudanças econômicas e sociais na passagem do período de pós-abolição para o Brasil República.

Segundo Gouvêa e Gerken (2010) os estudos das ciências biológicas, e das ciências humanas a partir de um olhar etnocêntrico baseavam-se no conceito de raça para fundamentar a existência das demais culturas.

Na segunda metade do século a racialização na apreensão da relação entre as sociedades, culturas e indivíduos que tomava o conceito explicativo das diferenças como desigualdades consideradas determinísticas das possibilidades evolucionistas dos distintos grupos sociais (GOUVÊA e GERKEN, 2010, p.20).

Para Gould apud Gouvêa e Gerken (2010, p.88), a doutrina evolucionista e a quantificação estabeleceram uma aliança que fundamentou o racismo científico da segunda metade do século XIX.

Durante esse período, acreditava-se que “a ciência poderia ser árbitro final das relações sociais” (DÁVILA, 2006. p.52). Assim, vários intelectuais (eugenistas) passaram a aplicar as teorias científicas estrangeiras aos estudos dos problemas nacionais do Brasil. Para Schwarcz:

O país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passaram a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então – nas palavras de Silvio Romero transformavam-se em “objetos de sciencia” (prefácio a Rodrigues, 1933/88). (SCHWARCZ, 2011, p.28).

O papel da ciência não se resumia apenas em explicar o desenvolvimento humano e suas relações entre diferentes grupos, mas também se tornou estratégia política para intervir diretamente na sociedade. Assim, são criadas as primeiras sociedades eugênicas com objetivo de desenvolver pesquisas científicas e, também, promover novas políticas públicas através da área da saúde.

Os eugenistas brasileiros baseados nas teorias científicas estrangeiras (lamarckiana e mendeliana) discutiam se a população brasileira poderia sofrer mudanças genéticas a partir do cuidado com a saúde, higiene e educação, ou se essas mudanças genéticas só poderiam ser alcançadas com o fim da reprodução dessas “subclasses atrasadas”.

Na teoria genética de Mendel era preciso que a população brasileira deixasse de se reproduzir para que fosse possível atingir o branqueamento e a fixação de uma única raça. Por isso, os intelectuais eugenistas considerando o fato de o Brasil naquele momento já ter se tornado um país completamente miscigenado, aderiram à teoria genética francesa lamarckiana, baseada na mudança do ambiente e valores culturais, pois prometia resultados mais imediatos e positivos. De acordo com Schwarcz (2011, p.18):

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. (SCHWARCZ, 2011, p.18)

De acordo com Stepan (2005), para justificar a imagem negativa sobre a identidade brasileira criada pelos cientistas europeus e norte-americanos, os intelectuais brasileiros afirmavam que o Brasil passava por momentos de transformações e aprimoramento racial. Para ela (2005, p.165):

a eugenia brasileira apresenta um caso particularmente interessante para os estudos da interação da ciência com a ideologia social. Em uma sociedade socialmente hierarquizada e racialmente estratificada, o racismo aberto florescia e declinava no Brasil de acordo com contingências do nacionalismo e imigração. Em consequência, a eugenia tomava direções distintas em diferentes ocasiões (STEPAN, 2005, p.165).

Após, o final da imigração europeia, o futuro racial no Brasil passa ser novamente a preocupação da nova política eugenista. Assim, de acordo com Stepan (2005), a partir de 1929 no primeiro Congresso Brasileiro o antropólogo Edgar Roque Pinto defendeu o desligamento da teoria do branqueamento como solução para resolver o “problema racial” através da miscigenação (biologicamente), afirmando que o problema não era racial, mas de higiene, e o objetivo da eugenia era o de educar todas as pessoas, independente da cor de pele, para a importância da hereditariedade.

Na segunda metade do século XX, a eugenia brasileira era defendida por uma confederação de médicos sanitaristas, psicólogos, antropólogos, cientistas sociais, engenheiros, advogados, educadores. Essa nova comissão administrativa criou diferentes associações (Sociedade Eugênica de São Paulo, Liga da Higiene Mental, Associação de Biotipologia, Liga Pró-Saneamento), para organizar programas de políticas públicas e sociais que garantissem os ensinamentos da política eugênica baseada não só nas ciências biológicas, mas também cultural e psicológica.

Com o deslocamento da classe trabalhadora para as cidades, e devido às condições de vida precárias, inúmeras doenças começaram a se proliferar. Segundo Boarini apud Sircilli (2008, p.35).

As más condições de moradia, as longas jornadas de trabalho de mulheres e crianças, a grande incidência de acidentes de trabalhos e a insalubridade das fábricas fizeram surgir as teses da necessidade da educação higiênica, voltada especialmente para as camadas mais pobres da sociedade. Foi a época das grandes cruzadas em favor da higiene: higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física e educação sanitária (...). A higiene passou a ser vista como solução não só para doenças físicas, mas também para as chamadas doenças psíquicas, que afetavam os bons costumes e a moral. A higienização, enfim, tornou-se um imperativo psíquico e moral (BOARINI apud SIRCILLI, 2008, p.35).

De acordo com Stepan (2005, p.106):

A eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da pobreza. (...) Dando ênfase à necessidade de programas estatais para controle sanitário dos pobres-doentes e “eugenização” dos operários “indisciplinados” (STENPAN, 2005, p. 106).

A educação nesse momento passa a ser considerada como principal meio de transformação da sociedade brasileira, profissionais da saúde, por exemplo, passam a ocupar espaços de direção e definição da política educacional.

Segundo Dávila (2006), o movimento da educação pública cresceu com base na teoria de que a “inferioridade” era decorrência de sua herança racial ou cultural e poderia ser minimizada.

As pesquisas científicas que até então eram discutidas principalmente numa perspectiva biológica, passam por transformações com o início dos estudos coloniais, a partir, de uma perspectiva culturalista para compreender e construir a identidade nacional brasileira.

Nessa perspectiva passou-se a diferenciar raça de cultura, separar herança cultural de herança étnica e considerar conceitos antropológicos de cultura como o conjunto de costumes, hábitos e crenças.

6

Em 1930, opera-se no Brasil uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do país, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social. Uma tal orientação não podia mais se adequar às teorias raciológicas do fim do século XIX, tornadas obsoletas. Foi então que o sociólogo Gilberto Freyre fez seu aparecimento no cenário para atender a essa nova demanda. Ele retoma a temática racial até então considerada não apenas como chave para a compreensão do Brasil, mas também para toda a discussão em torno da questão da identidade nacional. Porém, ele desloca o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura (MUNANGA, 1999. p.78).

Gilberto Freyre elaborou uma reinterpretação da mestiçagem no Brasil, retornando a temática racial e modificando o conceito de raça para o conceito de cultura, transformando a mistura racial (brancos europeus, negros africanos e indígenas) em “aspecto positivo” para a construção da identidade brasileira. Na concepção de Freyre, a mistura racial resultou em contribuições positivas à cultura brasileira, principalmente, no que diz respeito à indumentária, alimentação e relações sexuais, consolidando assim, o ideário posteriormente denominado de democracia racial. “A ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial, “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”. (MUNANGA, 1999, p.80).

Segundo Munanga (1999), o mito da democracia racial baseado na mestiçagem biológica e cultural, que propaga uma convivência harmoniosa entre os indivíduos das diferentes raças, classe social e etnia, carrega uma influência profunda na sociedade brasileira, mascarando os conflitos raciais.

Para Emanuel Tadei (2002), a mestiçagem no Brasil não é algo natural como apresentado por Freyre, mas sim, um dispositivo de poder que foi utilizado como ferramenta principal para responder à urgência de um dado momento histórico. Assim, esse dispositivo pode ser entendido como:

um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atua sobre nossa identidade nacional, tendo por objetivo integrar e tornar dóceis as etnias que estão na raiz de nossa nacionalidade (no caso os indígenas do continente e os negros africanos). (...) Ele se traduz por uma estrutura discursiva elementar que determina nossa forma de pensar e falar sobre o Brasil e sobre o problema racial brasileiro (TADEI, 2002, p.03).

De acordo com Panta e Pallisser (2017, p.118), “ao se construírem histórias sobre nações evidencia-se a busca infundável por construir identidades culturais unificadas para representá-las”.

7

Baseado na teoria de Stuart Hall de que uma “identidade nacional” não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação (...). Pressupõe que a “identidade nacional” seja uma estrutura de poder (PANTA, PALLISSER, 2017, p.118).

Em consonância com as pesquisas científicas a partir de um referencial culturalista e com um projeto político eugênico através da educação iniciado na década de 1930, destaca-se o trabalho empírico do médico psiquiatra Arthur Ramos que desenvolveu um projeto educacional em seis escolas públicas do Rio de Janeiro com alunos que apresentavam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Esse projeto fundamentado em concepções psicanalíticas e antropológicas analisava o comportamento e aprendizado da criança através do seu meio social e familiar. Para Ramos (1949), as dificuldades das crianças não poderiam ser compreendidas apenas a partir do espaço escolar e dos testes de inteligência.

Por isso, diferente das concepções clínicas, Ramos afirmava que as crianças não eram “anormais”, porque possuíam algum tipo de anomalia que produzisse ou reproduzisse desequilíbrio das funções neuropsíquicas, mas porque, foram “anormalizadas” pelo meio cultural e social, assim passou a classificá-las como criança problema.

Para Ramos (1949), seguindo as concepções de higiene mental era necessário estudar a “criança normal” atuando na prevenção das doenças mentais e, não mais, no tratamento das “crianças anormais”.

A higiene mental constituída nesse período buscava “prevenir as doenças mentais” e “ajustar a personalidade humana” através do estudo completo das causas psicossociais, sejam essas, emocionais, sociais, domésticas, culturais etc.

Em seu livro “A criança problema: a higiene mental na escola primária”, publicado pela primeira vez no ano de 1939, o médico psiquiatra descreve como

nesta perspectiva os problemas comportamentais, adaptativos e psicológicos emergiam de condições sociais, psicossociais ou de ambientes inadequados atribuindo o mau comportamento das crianças a más influências em seus lares (DÁVILA, 2006). Para Ramos (1949), o homem deve ser estudado dentro do círculo complexo das influências do meio, produto de sua civilização e da sua sociedade.

O que revela a aproximação do médico psiquiatra com a teoria da eugenia preventiva defendida no período, de acordo com Stepan (2005, p.92):

8

Tratava-se de uma eugenia que ligava um ambiente sanitário a saúde racial. (...) um fator central na eugenia preventiva era a ideia de “venenos raciais”, um termo utilizado pelos eugenistas para referir-se ao alcoolismo, nicotina, morfina, doenças venéreas, drogas e infecções (STENPAN, 2005, p.92).

Para Ramos (1939), a eugenia a partir da teoria mendeliana tornava-se insuficiente, pois estudos formulados por um grupo de pesquisadores brasileiros das áreas de sociologia rural, psicologia social, nutrição etc., apontavam que a “inferioridade do mestiço brasileiro” melhoraria e desapareceria não com cruzamentos de raças, mas quando cessassem ou diminuíssem os problemas ambientais e sociais (subalimentação, pauperismo, doenças, alcoolismo).

O médico psiquiatra apresentava críticas contundentes aos estudos científicos das relações raciais fundamentados apenas em um referencial biológico (herança genética) que defendia a teoria do branqueamento como solução para retirar o país da categoria de atraso.

Esses falsos cientistas acharam ainda que a mestiçagem era um fator de “degenerescência”. (...) Uma balela científica, hoje só aceita por certos pseudocientistas que fazem “ciência” a soldo político. Fora com esses “racistas”, partidários de raça pura no Brasil! (...) Não precisamos de cruzamentos eugênicos. Precisamos é melhorar o que temos (RAMOS, 1939, 39).

Durante seu trabalho na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, Ramos propôs a criação de círculos de pais e mães com o propósito de eliminar maus hábitos, estudar as moradias e sua influência na personalidade das crianças (Nunes apud Sircilli, 2008). Pois, segundo Ramos (1949, p.42), o papel da habitação, no desenvolvimento da criança estava sendo estudado pelos higienistas apenas sob o ponto de vista da higiene geral e, não do ponto de vista psicológico.

Já em seu livro “Saúde do Espírito: Higiene Mental” (1939), o médico psiquiatra, apresenta regras dirigidas aos pais e educadores de como conduzir uma criança, buscando convencer a sociedade sobre a importância da higienização mental. Para Dávila (2006, p.76):

Culpar os pais pelos desajustamentos físicos e psicológicos dos filhos significava culpar sua cultura e cor de pele. Ramos descreve uma cultura de pobreza na qual as influências domésticas sobre as crianças que moravam em condições inferiores se traduziam em comportamento patológico (DÁVILA, 2006, p.76).

9

Assim, podemos identificar que o trabalho de Arthur Ramos fundamentado em uma concepção culturalista e higienista é o resultado concreto da política eugenista preventiva desenvolvida no final do século XIX e início do século XX, baseada no aprimoramento da sociedade brasileira a partir da higienização dos fatores considerados danosos para uma nação civilizada, primeiramente a partir do tratamento das inferioridades corpóreas (higiene bucal e corporal, alimentação/merenda escolar) e depois no tratamento dos fatores de desajustamento familiares e sociais que eram acompanhados por psicólogos e professores formados na perspectiva psicanalítica.

Identidade Nacional Brasileira a partir da análise das produções de Arthur Ramos

A identidade nacional brasileira foi construída por um grupo de intelectuais de elite, a partir das teorias raciais europeias e estadunidenses em que negros e mestiços eram considerados uma ameaça ao desenvolvimento do país. Isso porque, para os “eugenistas, uma verdadeira nação teria um propósito comum, língua e cultura compartilhadas e uma população homogênea” (STENPAN, 2005, p.118).

A solução para esse impasse se encontraria numa proposta eugenista que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, através da miscigenação- mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa (PANTA, PALLISSER, 2017, p.118).

De acordo com Gouvêa e Gerken (2010) a definição de civilização estava baseada nos costumes e padrões culturais europeus.

Essa dimensão cultural, centrada na valorização das maneiras e costumes europeus, desdobrava-se numa dimensão “psicológica”. A polidez, mais que uma questão de “boas maneiras”, refletia a natureza racional e moral do homem civilizado, sua capacidade de autogoverno por meio do controle e regulação das emoções. (...) o conceito de civilização faz referência não apenas aos aspectos culturais e psicológicos, mas à organização econômica das sociedades europeias (GOUVÊA e GERKEN, 2010, p.26).

10

Foram estabelecidos diferentes estudos em busca da construção de uma identidade nacional brasileira a partir de sua mistura racial, primeiramente defendiam a miscigenação como processo fundamental para embranquecer a população, após a miscigenação passa ser fator positivo para construção da identidade nacional.

Ao analisarmos o trabalho analítico de Arthur Ramos nas clínicas de Ortofrenia e Higiene Mental identificamos que o mesmo perpassou por ambiguidades entre um referencial culturalista, que sustenta uma contundente influência e continuidade ao ideário de democracia racial desenvolvido por Gilberto Freyre, e um referencial biológico de interpretações das raças que define o racismo estrutural da sociedade brasileira.

Nas chamadas fichas de observação comportamental das crianças atendidas nas escolas experimentais das clínicas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, utilizadas como exemplos dos estudos de Arthur Ramos, continham informações sobre a criança (idade, cor da pele, sexo, pais, quantidade de irmãos e outros parentes; histórico de saúde em geral, alimentação, medos e aflições) e sua rotina (brincadeiras, horários para dormir, atividades realizadas dentro de casa; comportamento e desenvolvimento na escola), dados familiares (profissão dos pais, nacionalidade, informações sobre a saúde dos mesmos), e ambiente familiar (acomodações dentro de casa, condições materiais e psicológicas).

Ao analisarmos essas fichas transcritas no livro “A Criança Problema: Higiene Mental na Escola Primária” (1949) identificamos casos evidentes relacionados à inferiorização da identidade cultural negra e conflitos raciais que demonstraram a constituição do que hoje compreendemos por racismo estrutural brasileiro e, que de alguma maneira passou a ser silenciado historicamente dentro de uma sociedade forjada nas concepções do mito de democracia racial.

Exemplos: **Menina branca** – Dócil gosta muito dos colegas pobres e de cor, diariamente traz merenda para uma companheira (1949, p.121).

Posição inferior – menina parda clara, por ter cabelo curto e crespo os colegas a chamam de homem, chora e queixa-se para os professores (1949, p.115).

Menino branco – escorraça os companheiros, principalmente um colega, de cor preta, a quem chama de “escravo” (1949, p.324).

Constatamos também exemplo sobre o processo de naturalização e de imposição do padrão de beleza eurocêntrico que exclui ou nega outros grupos raciais, para Ramos (1949) as crianças bonitas esteticamente são automaticamente muito mimadas por todos em sua volta, exemplo, “criança bem-dotada fisicamente: menina de pele clara, rosada e fina, cabelos cumpridos, castanhos e em cachos, unhas curtas, bem tratadas. É sociável, alegre, sensível, imaginativa, teatral” (1949, p. 65).

Em outro momento Ramos ao destacar o papel da escola com relação à correção dos instintos agressivos, indica três categorias de crianças que desenvolvem esse sentimento, uma delas é a das crianças odiadas que inclui crianças órfãs, ilegítimas, enteadas e as “crianças feias”, considerando as características do público atendido nas escolas públicas do Rio de Janeiro neste período, é possível inferir que o seu público era composto também por crianças negras e pobres.

Maria S. Bento ao explicar o lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil, ressalta que a branquitude foi posta como referência da condição humana e, por isso, “quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco” (BENTO, 2002, p. 06).

Ramos ao ressaltar a influência dos avós e outros parentes nas constelações familiares, chama a atenção, para a relação das crianças com as babás (amas de leite negras) e outros empregados domésticos, afirmando a necessidade de um aprofundamento nos estudos das influências psicológicas desses empregados domésticos no imaginário da criança brasileira, pois, “impregnaram a imaginação infantil com seu contingente de folclore e de encantamento” (RAMOS, 1949, p.215).

Ao se referir às famílias desajustadas Ramos as classifica como aquelas que apresentam dificuldades econômicas, conflitos domésticos, vício de álcool ou droga e “frequentantes de macumba” e “baixo espiritismo”. De acordo com o médico psiquiatra (1939), para a higiene mental é necessário combater a “influência prejudicial” das “superstições”, “exploração da credence humana”, curandeirismo ou outros diferentes rituais de fins “inconfessáveis”, que causam “efeitos perigosos” sobre a psique humana.

Ao apresentar uma lista de conselhos para a prevenção de doenças mentais, Ramos destaca que o ser humano “deve permanecer longe de cartomantes e curandeiros, que mantém consultórios de felicidade para a cura de espíritos encostados ou que adivinham o presente, passado e futuro” (RAMOS, 1939, p.98).

Portanto, ao analisarmos estas premissas podemos considerar que Ramos defende o conjunto de valores e crenças da identidade cultural afrodescendente como algo negativo para a sociedade brasileira. Outro fator interessante para destaque é a análise de Ramos com relação ao sentimento de inferioridade social diante do outro, segundo o médico psiquiatra (1949, p.105):

12

Casos demonstraram que o “sentimento de inferioridade social” dos pais causam reações diversas sobre as crianças (castigos corporais ou morais, indiferença, abandono ou ódio). É um fato provado pela experiência de que quanto mais oprimido se encontra o homem, mais fortemente luta para compensar essa opressão. E daí o reforço da sua autoridade no lar ou na escola, pela exteriorização de um sadismo (RAMOS, 1949, p.105).

Ao analisar uma das fichas destacadas como exemplo desta observação: “menina (negra) que todas as noites estuda gramática com seu pai e apanha ao errar as respostas” (1949, p84), identificamos que é uma família negra o que indica uma discussão na chave racial e não social, pois este sentimento de inferioridade em relação ao outro, esta cobrança de nunca poder errar, seria o resultado de uma identidade de “dupla consciência”³ construída a partir do olhar do outro e das teorias de inferioridade e supremacia branca.

Para Fanon (2008, p. 30), a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. (...) aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o trabalho de Arthur Ramos nos auxilia a compreendermos questões-chaves sobre como a sociedade brasileira foi constituída durante o período pós-guerra no qual o país passou por diferentes transformações

³ Conceito definido por W.E.B. Du Bois para explicar a questão da invisibilidade do povo negro, do preconceito racial e a divisão entre dois mundos (brancos e negros).

políticas, econômicas, sociais, e como os grandes projetos desenvolvidos naquele período refletem na sociedade contemporânea.

A trajetória intelectual de Arthur Ramos com estudos sobre a sociedade brasileira a partir da cultura negra, religiões de matriz afro-brasileira, o corpo e a mente, suas diferentes publicações sobre psiquiatria, higiene mental e antropologia, podemos identificar também que o médico psiquiatra assim como os diferentes psicanalistas, em especial, Freud reconheciam a sociedade como um corpo doente, e conseqüentemente a criança uma das figuras da irracionalidade.

Segundo Gouvêa e Gerken (2010, p.20):

Com a construção do chamado “complexo filocultural” por Sinha (1988), a mentalidade da criança foi comparada explicitamente com a mentalidade dos povos primitivos, não europeus: a descoberta da mentalidade infantil como objeto de pesquisa científica foi mais ou menos simultânea e correlata ao postulado de uma “mente selvagem”, e ambas foram vistas como manifestações de uma categoria mais geral de “mentalidade primitiva” (GOUVÊA e GERKAN, 2010, p. 20).

Seguindo as concepções da higiene mental acreditava-se que através de um processo de higienização mental e corporal as crianças alcançariam a racionalidade até a chegada à vida adulta.

Nessa perspectiva podemos considerar também, que Arthur Ramos buscou construir cientificamente a concepção de criança brasileira pautada nos padrões de civilização eurocêntricos e construiu a partir desta perspectiva um projeto de intervenção em escolas públicas do Rio de Janeiro.

Parafrazeando Maria S. Bento ao se referir sobre o narcisismo da branquitude com relação às desigualdades raciais no Brasil, “é como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique” (BENTO, 2002, p.06).

O que nos revela que os intelectuais fundamentados na perceptiva culturalista, que defendiam o processo de miscigenação como algo positivo para a identidade nacional brasileira, estavam, em sua grande maioria, fazendo um eufemismo das discussões raciais. De um lado dando continuidade ao projeto de branqueamento não mais no âmbito biológico, mas cultural, e de outro contribuindo com a construção do ideário de democracia racial, interpretado pelo campo das relações étnico-raciais como um processo histórico que resultou na camuflagem dos conflitos e desigualdade raciais no Brasil contemporâneo (MUNANGA, 1999).

Arthur Ramos e outros intelectuais do final do século XIX e início do século XX também foram responsáveis em inaugurar uma política educacional universalista em que atribua às relações familiares, sociais e culturais as justificativas para o fracasso escolar, descentralizando totalmente essa responsabilidade do sistema político e das desigualdades sociais e raciais.

Os problemas contemporâneos relacionados ao fracasso escolar carregam uma herança de justificativas pautadas nesse projeto educacional elaborado no período em questão. Tal centralidade vem informando uma redução das problemáticas trabalhadas pelas ciências humanas, configurando uma nova biologização do campo. Evidentemente não é a mesma biologia evolucionista que fizemos referência, mas observa-se a emergência de um darwinismo social renovado nas formulações de uma série de cientistas sociais e psicólogos contemporâneos relacionados à sociobiologia.

Segundo Ramos (1939, p.63), “a higiene mental responsabiliza os pais pelos problemas que apresentam os filhos”. Pois, (1949, p. 444) “se a criança é desajustada é como vimos, na grande maioria dos casos, o resultado de incorretas formações das suas constelações familiares”.

A análise do fracasso escolar não fica restrita apenas à relação familiar, pois segundo Ramos (1949), as atitudes dos professores também refletem diretamente na personalidade e no comportamento da criança. O médico psiquiatra ressalta que suas observações identificaram que muito dos problemas das crianças dentro do ambiente escolar, são resultados de atitudes e reações emocionais errôneas do professor.

Assim, ao observarmos o cenário educacional contemporâneo notamos uma persistente correlação dessa política, pois os diferentes problemas de aprendizagens da criança continuam sendo justificados por uma relação familiar conturbada, e ao professor se atribuiu a função de identificação de comportamentos “desviantes”, e as concepções de criança problema definida por Arthur Ramos continuam sendo utilizadas, com novas terminologias.

As concepções de criança problema no ambiente escolar fundamentadas nas bases psicanalíticas resultaram para os dias de hoje um crescente processo de medicalização como elemento para solucionar as dificuldades das crianças.

Partindo da análise desse modelo fundamentado nas concepções higienistas e nas concepções psicanalíticas, em que “o programa escolar deveria ser organizado em atividades, “unidades de trabalho” ou projetos e não em materiais escolares” (TEIXEIRA apud RAMOS, 1934, p. 13), conseguimos compreender o cenário educacional brasileiro contemporâneo, reestruturado a partir das categorias da relação familiar, social e cultural entre a criança e o adulto, pautada no modelo de uma educação compensatória e nas diferentes práticas pedagógicas.

O modelo dessa política educacional era pautado no pressuposto de que o fracasso escolar era decorrente de uma não preparação das crianças para a escola, e da sua falta de cultura e de hábitos e, por isso, era necessário compensar sua carência, segundo Kramer apud Oliveira e Silveira (2015, p.82), esse modelo resultou em uma abordagem cultural superada pelo determinismo biológico, mas ao mesmo tempo, carregada de fatalismos sociológicos culpabilizados pelo meio social. “Essa abordagem tentou também superar as desigualdades por meio da educação, mas desconsiderava a própria desigualdade social” (KRAMER apud OLIVEIRA E SILVEIRA, 2015, p.82).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Estudos da Infância no Brasil: encontros e memórias**. São Carlos: Edufscar, 2015.

AMORIM, Roseane; CARDOSO, Lílian; SANTOS, Fernanda. O pensamento higienista do intelectual Arthur Ramos na obra *Saúde do Espírito* (1958). **Rev. Intellèctus**. V.16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/31659/22521> . Acessado em: 10.01.2019

BENTO, Maria Aparecida S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil** In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras)* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acessado em: 10.01.2019

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. Trad. Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Du Bois, W.E.B. [1903] **As Almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Editora Edufba, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina S.; GERKEN, Carlos Henrique de S. **Desenvolvimento Humano: história, conceitos e polêmicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PALLISSER; Nikola; PANTA, Mariana. "Identidade nacional brasileira" versus "identidade negra": reflexões sobre branqueamento, racismo e construções indenitárias. **Rev. Espaço Acadêmico**. n.195, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34664/20484>. Acessado em: 10.08.2020

RAMOS, Arthur. **A criança problema: A higiene mental na escola primária**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 2ª edição, 1949.

RAMOS, Arthur. **Educação e Psychanalyse**. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

RAMOS, Arthur. **Saúde do espírito: higiene mental**. Rio de Janeiro: Coleção SPES Nº 7, 1939.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SIRCILLI, Fabíola. **Arthur Ramos: Psicanálise e a Educação**. Marília: Editora Polesis, 2008.

SIRCILLI, Fabíola. Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. **Rev. Paidéia**. V.15, n.31, 185-193. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n31/06.pdf> . acessado em: 10.01.2019.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Trad. Paulo M. Garchet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (Coleção História e Saúde), 2005.

TADEI, Emanuel M. A mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Constituição de Nossa Identidade Nacional. **Rev. Psicologia, Ciência e Profissão**. V.22, n.4, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v22n4/02.pdf>. Acessado em: 10.01.2019.